

HABEAS CORPUS Nº 563.889 - DF (2020/0048624-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : DANIEL GERBER E OUTROS
ADVOGADOS : DANIEL GERBER - RS039879
JOANA GONÇALVES VARGAS - RS075798
THAYNARA ROCHA DE SA CHAVES - DF063425
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : JÚLIO CÉSAR RIBEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de JÚLIO CESAR RIBEIRO, contra ato supostamente coator de autoria do Desembargador Relator do HC 0703598-51.2020.8.07.0000, que tramitou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no qual a ordem pretendida foi liminarmente indeferida.

Objetivam os impetrantes que seja alterada a ordem de inquirição das partes na Ação Civil Pública 0706061-14.2017.8.07.0018, a fim de que os réus naquela demanda sejam os últimos a serem inquiridos.

Sustentam que deve ser afastado o preceito da Súmula 691 do E. STF, porque, a seu ver, haveria evidente constrangimento ilegal, na medida em que os depoimentos tomados no âmbito da Ação Civil poderão ser empregados em Ação Criminal também deflagrada contra o paciente.

É o **relatório**, no que interessa.

O que se pretende com a presente impetração, na verdade, é a alteração do rito legal da Ação Civil Pública, ao argumento de que, hipoteticamente, os depoimentos nela colhidos podem ser empregados como prova emprestada em ações de natureza penal.

A impetração deve ser sumariamente denegada.

Primeiro, porque é cediço que não cabe *Habeas Corpus* contra decisão monocrática proferida por Relator na instância precedente. Cabia aos ora impetrantes terem recorrido, pelas vias adequadas, da denegação do *writ*, providência que, ao que parece, não foi adotada.

Nesse sentido, uníssona a jurisprudência do STJ:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. NÃO ESGOTAMENTO DA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA. COMPETÊNCIA DO STJ NÃO INAUGURADA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO IMPLEMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO DE APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO

NÃO PROVIDO.

1. O não esgotamento da instância ordinária impede a inauguração da competência desta Corte Superior. No caso, a decisão combatida foi proferida monocraticamente pelo Desembargador relator na origem, não havendo, pois, deliberação colegiada do Tribunal a quo sobre a matéria trazida na presente impetração, o que inviabiliza o seu conhecimento por este Superior Tribunal. 2. Não cabe o *habeas corpus* quando a situação em foco não revela a possibilidade de afetação do *jus deambulandi*. Na espécie, nem ao menos de maneira remota é possível que a providência pleiteada vá repercutir no direito de locomoção do paciente.

3. "A Corte Especial deste Sodalício, por ocasião do julgamento da APn 688/RO, relatora para o acórdão a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 4/4/2013, entendeu que a extinção da punibilidade do agente, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, anula os efeitos penais e extrapenais da condenação, seja na modalidade intercorrente seja na modalidade retroativa, afastando o interesse recursal que objetive a absolvição. Precedentes STJ e STF" (AgRg no AREsp 1.073.627/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

4. O entendimento consolidado, à luz da essência do instituto do *writ*, apregoa que não cabe o *habeas corpus* quando a situação em foco não revela a possibilidade de afetação do *jus deambulandi*. Na espécie, nem ao menos de maneira remota é possível que a providência pleiteada vá repercutir no direito de locomoção do paciente.

5. Agravo não provido.

(AgRg no HC 520.919/RJ, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 15/8/2019, DJe 20/08/2019)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. INADMISSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA N. 691/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. É inadmissível a impetração de *Habeas Corpus* contra decisão monocrática que indefere liminar, da mesma natureza, na instância de origem, salvo em situação de flagrante ilegalidade ou teratologia, o que não se verifica no caso concreto. Aplicação, por analogia, do entendimento consolidado no enunciado n. 691 da Súmula de Jurisprudência do STF.

2. Não viola o princípio da colegialidade a decisão de relator que, com fundamento no art. 210 do RISTJ, indefere liminarmente ação de *Habeas Corpus* manifestamente incabível.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no HC 466.014/PR, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 8/11/2018, DJe 20/11/2018)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. 1. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. 2. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 3. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. 4. CRIME CONTRA AS TELECOMUNICAÇÕES. RÁDIO CLANDESTINA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO VERIFICAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PEDIDO DE OUTORGA. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. 5. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. DESNECESSIDADE DE DANO CONCRETO. PRECEDENTES. 6. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A prolação de decisão monocrática pelo ministro relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

2. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

3. O trancamento da ação penal na via estreita do *habeas corpus* somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

4. Verifico, pela leitura da inicial acusatória, bem como do acórdão impugnado, que não há se falar em ausência de justa causa para ação penal, porquanto devidamente descrita a materialidade delitiva, assim como os indícios de autoria. A simples existência de pedido prévio de outorga de transmissão de radiodifusão não retira a clandestinidade da atividade, porquanto permanecia não autorizada.

5. Ademais, a alegação de que se trata de crime de perigo concreto vai de encontro com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, "no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância ao delito previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997, por tratar-se de crime formal, de perigo abstrato, o que torna irrelevante a ocorrência de dano concreto causado pela conduta do agente" (AgRg nos EREsp n. 1.177.484/RS, Terceira Seção, da minha relatoria, DJe de 15/12/2015).

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 410.403/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 1º/3/2018, DJe 12/3/2018)

Perfeitamente aplicável ao caso o preceito da Súmula 691 do STF, porque a Ação Civil Pública deve ser regida pelo rito próprio da Lei 7.347/1985, que traz expressa disposição no sentido de ser aplicável o Código de Processo Civil, e não os preceitos que regulam o processo penal, como querem os impetrantes. Confira-se:

Art. 19. Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições.

Não há, portanto, ilegalidade ou constrangimento ilegal na decisão do juiz de primeiro grau, que indeferiu o pedido do ora paciente. A hipotética situação de os depoimentos colhidos na Ação Civil Pública poderem ser empregados como prova emprestada em demanda penal – como ocorre com a imensa maioria delas – não autoriza a subversão da Lei 7.347/1985 e do Código de Processo Civil.

Segundo, porque *Habeas Corpus* tem conceito legal e função circunscrita à proteção da liberdade, de modo a evitar a violência ou o constrangimento imposto diretamente sobre o indivíduo. Sua tutela se faz sentir sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir (art. 647, CPP), destinando-se, pois, “...a proteger, estritamente, diretamente, a liberdade corpórea, o direito de locomoção” (Florêncio de Abreu, *Comentários ao Código de Processo Penal*, V/560).”

Constitui, dessa forma, instrumento processual juridicamente vocacionado à estrita tutela jurisdicional do imediato direito de ir, vir e permanecer das pessoas físicas.

No caso destes autos, *prima facie*, não se verifica qualquer ilegalidade na conduta do juiz de primeiro grau ou da autoridade apontada coatora, como atrás dito.

Não há perigo à liberdade de locomoção do paciente decorrente da Ação Civil Pública cuja audiência se pretende suspender e a validade e a regularidade das provas colhidas e utilizadas na firmada Ação Penal que alegadamente corre contra o ora paciente devem ser discutidas no campo próprio, no âmbito daquela demanda.

O que se mostra inviável é a pretensão de alterar o rito da Ação Civil Pública, mediante *Habeas Corpus*, para salvaguardar direito supostamente ofendido por ora nem sequer existe.

Pelo exposto, **denego liminarmente a ordem.**

Intimem-se e arquivem-se.

Ciência à autoridade impetrada e ao magistrado de primeiro grau.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 21 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator